



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

Câmara Municipal de Cascavel

Lido em 21/10/20

Vereador - 1º Secretário

REQUERIMENTO Nº 380 DE 2020.

(Proponente: Vereador Policial Madril/PSC)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Recebido em 21/10/20

Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel

REQUEIRO, nos termos que regem o art. 149, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente a Senhora Márcia Aparecida Baldini, Secretária Municipal de Educação, solicitando as seguintes informações acerca das ações a serem realizadas pelo SIEMACO – Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Serviços Terceirizados e Temporários em Geral de Cascavel e Região, frente às zeladoras terceirizadas das Escolas Municipais e CMEI's, no município de Cascavel.

1. Quais os motivos que impedem o acesso do SIEMACO às Escolas Municipais e CMEI's para fins de fiscalização das condições de trabalho e defesa dos direitos e interesses da referida categoria profissional?

É o que Requer. Sala de Sessões.  
Cascavel, 21 de outubro de 2020.

P. Madril  
Policial Madril  
Vereador /PSC

Justificação:

O SIEMACO – Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Serviços Terceirizados e Temporários em Geral de Cascavel e Região, entidade sindical responsável pela coordenação, defesa e representação legal da categoria profissional (Estatuto Social em anexo), relata estar enfrentando dificuldades em realizar a fiscalização nas Escolas Municipais e CMEI's de nosso Município, pois estão impondo que marquem horário para realizar as visitas, ou ainda, que estas sejam feitas após o horário de expediente, o que frustra o trabalho fiscalizatório da entidade.

Sendo assim, o presente requerimento visa o esclarecimento dos motivos pelos quais esta r. Secretaria está dificultando a atuação do referido sindicato junto às Escolas e CMEI's do Município.



**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E  
CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E TEMPORÁRIOS EM  
GERAL DE CASCAVEL E REGIÃO - SIEMACO CASCAVEL**

**3ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL**

**CAPITULO I**

**DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE**

**Art. 1º - O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E TEMPORÁRIOS EM GERAL DE CASCAVEL E REGIÃO - SIEMACO CASCAVEL**, entidade sindical de primeiro grau, inscrita sob o CNPJ sob o Nº 78.680.683/0001-62, com registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego sob o Nº **203828/039037**, tem sede e foro **a Rua Paraná, 2.709 - sala 404 - Ed. Dom Pedro na cidade de Cascavel - Pr., CEP 85.812-011**

**§ 1º - FINALIDADE** É constituído para fins de coordenação, defesa e representação legal da categoria profissional, e visa lutar pela melhoria das condições de vida e trabalho dos seus representados, colaborar com os poderes públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais e democráticos, e ter a duração indeterminada

**§ 2º - CATEGORIAS REPRESENTADAS** Todos os empregados em empresas, as quais na qualidade de prestadoras prestam serviços aos tomadores de serviços de **limpeza e conservação em geral**; serviços de **limpeza e conservação em área urbana** (limpeza e conservação de áreas públicas, coleta de lixo domiciliar, comercial e industrial, recolhimento de lixo, roçadas, capina poda de árvores, desobstrução de canalizações e bueiros), serviços de **limpeza e conservação em áreas ambientais e áreas verdes** (roçada, capina, poda de árvores, desobstrução de canalizações e bueiros, varredura, lavagem de placas e faixas), empresas de prestação de serviços a terceiros nas áreas de **leitura, medição e entrega de avisos de consumo de energia elétrica e gás encanado**, **empregados em empresas de colocação e administração de mão de obra temporária, seleção e agenciamento de mão de obra, promoções e eventos, empregados em empresas de trabalho temporário regidos pela Lei 6.019/74, inclusive os trabalhadores temporários regidos pela Lei 6.019/74**, empregados em agências de emprego, recrutamento, seleção de pessoal e de recursos humanos, **empregados em empresas do ramo de sistemas eletrônicos de segurança, de modo geral abrangendo as atividades de comercialização de produtos, prestação de serviços, projetos, instalações, monitoramento, manutenção, inspeção técnica e assistência técnica de sistemas eletrônicos empregados em agências franquizadas dos correios**, excetuando-se os diferenciados, na base territorial do Sindicato

**§ 3º - BASE TERRITORIAL** Municípios de **CASCAVEL, Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Esperança, Braganey, Brasília do Sul, Catelândia do Oeste, Campina da Lagoa, Campo Bonito, Cantagalo, Catanduvas, Cêu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Goioerê, Goloxim, Guarani, Guaraniaçu, Ibeama, Igatu, Itacurubá do Oeste, Janelópolis, Jesuítas, Juruanda, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Lindoeste, Marçal Cândido Rondón, Marjapá, Marquinho, Mato Rico, Mercedes, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Laranjeiras, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palmitina, Pato Branco, Porto Mendes, Quarto Centenario, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Ramiandia, Rancheo Alegre D'Oeste, Roncador, Santa Lucia, Santa Maria do Oeste, Santa Tereza do Oeste, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupassi, Ubraia, Vera Cruz do Oeste e Vitoromê.**

**Art. 2º - São finalidades precípua do Sindicato:**  
a) Visar melhoras nas condições de remuneração, vida e de trabalho dos representados;  
b) A formação profissional e política dos representados;  
c) Estimular e fortalecer as organizações de base dos trabalhadores;  
d) A união e a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais dos representados;  
e) Congregar a categoria profissional.

**Art. 3º - São prerrogativas do Sindicato:**

- Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da categoria e os interesses individuais e coletivos dos trabalhadores e associados, inclusive como substituto processual independentemente de autorização individual ou da Assembleia Geral;
- Celebrar convenções, acordos e contratos coletivos de trabalho;
- Instaurar Dissídio Coletivo de qualquer natureza e promover ações judiciais em defesa do interesse coletivo da categoria e do Sindicato;
- Eleger ou designar representantes da categoria;
- Colaborar como órgão técnico e consultivo no estudo e na solução dos problemas que se relacionam com a categoria representada;
- Firmar contratos para prestação de serviços jurídicos e outros que se possa dispor, mediante retribuição em valores;
- Defender em Juízo, na qualidade de substituto processual, os direitos e interesses coletivos e individuais de seus associados, propondo ações judiciais em qualquer grau ou instância, inclusive mediante o instrumento processual da ação civil pública, quando atuante na defesa coletiva de direitos individuais homogêneos;
- Impetrar mandado de injunção e mandado de segurança coletivo;
- Filiar-se a Federação do Grupo e a outras organizações sindicais de âmbito nacional e internacional de interesse dos trabalhadores, mediante aprovação da Assembleia Geral;
- Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas e pelos direitos fundamentais;
- Colaborar com o Estado visando a consecução dos interesses nacionais, sendo que a colaboração se dará quando os interesses dos trabalhadores estiverem presentes;
- Estabelecer contribuições a todos aqueles que participam da categoria profissional dos trabalhadores de acordo com as decisões tomadas em Assembleias Gerais, especificadamente convocadas para esse fim;
- Promover e incentivar com recursos próprios, subvenções ou através de entidades especializadas, a realização de congressos, conferências, palestras, seminários, treinamentos e cursos relacionados a categoria;
- Criar uma comissão de ética profissional, designada pelo Presidente

**Art. 4º - São deveres do Sindicato:**

- Colaborar com os Poderes Públicos no desenvolvimento da solidariedade e da paz social;
- Manter serviço de assistência jurídica para os associados, diretamente ou mediante convênio com terceiros;
- Promover a conciliação nos dissídios coletivos e individuais de trabalho;
- Fundar e manter agência de colocação e ou fornecimento de mão de obra diretamente ou mediante convênio com terceiros;
- Fundar e manter escolas, especialmente de ensino técnico-profissionalizante, diretamente ou mediante convênio com terceiros;
- Constituir serviços e programas de assistência social e econômica destinados aos associados, diretamente ou mediante convênio com terceiros

**Art. 5º - São condições para funcionamento do Sindicato**

- A observância das leis e dos princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos;
- Absença de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas neste Estatuto, inclusive de doutrinas incompatíveis com as instituições democráticas e os interesses nacionais;
- Gratuidade do exercício do cargo eletivo salvo a hipótese de afastamento "não remunerado" do trabalho, para exercício do mandato.

**CAPITULO II**

**DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS**

Paulo Sérgio Mejdorado Garcia  
OAB-PR 16780

Paulo Sérgio Mejdorado Garcia  
OAB-PR 16780

Art. 12 - O associado que ficar desempregado, automaticamente, perderá sua condição de associado efetivo, passando a categoria de associado contribuinte.

§ 1º - A recuperação da categoria de efetivo será automática após a comunicação por escrito ao Sindicato da aquisição de novo vínculo empregatício, momento em que deverá atualizar seus dados cadastrais, bem como, autorizar o envio de novas autorizações de desconto de mensalidade e ou outras contribuições ao seu novo empregador.

Art. 13 - Os associados que deixarem a categoria representada, mesmo ingressando em outra categoria profissional, fica assegurado o direito de assistência jurídica trabalhista, concernente a sua condição de membro da categoria representada pelo Sindicato, pelo período de 02 (dois) anos, contados do rompimento do vínculo empregatício.

Art. 14 - É objetivo primordial do Sindicato a organização dos trabalhadores da categoria nos locais de trabalho, e por todas as formas que possibilitem a participação dos trabalhadores no sentido de fortalecerem o Sindicato como órgão legítimo, autêntico e intimamente ligado ao conjunto dos representados na busca de soluções para seus problemas e interesses.

Art. 15 - Para o cumprimento do disposto no art. 14, deverá o Sindicato se esforçar no sentido de favorecer a criação e ou manutenção de Comissões Sindicais de Base.

## DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E DE BASE DO SINDICATO

### CAPITULO IV

Art. 16 - O Sindicato, a critério da Diretoria, poderá criar sub-sedes, desde que juridicamente possíveis, nas várias regiões abrangidas pela base territorial, dotando-se de infraestrutura e pessoal necessário, a fim de atingir seus objetivos.

Art. 17 - As Sub-Sedes ou Delegacias Sindicais, estarão sob-responsabilidade da Diretoria Administrativa com a colaboração dos delegados sindicais e terão por finalidade a descentralização e aproximação do sindicato aos locais de trabalho.

### CAPITULO V

## DA ADMINISTRAÇÃO E DO MANDATO

Art. 18 - O Sindicato será administrado por uma Diretoria composta por até no máximo de 07 (sete) membros eleitos, podendo haver até 07 (sete) membros suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de 04 (quatro) anos.

§ 1º - A Diretoria elegerá dentre seus membros, o Presidente do Sindicato, desde que na chapa não conste a distribuição de cargos da diretoria efetiva.

§ 2º - Os membros da Diretoria deverão residir em domicílio sindical.

Art. 19 - A Diretoria compete:

- Dirigir o Sindicato de acordo com o seu Estatuto, administrar o patrimônio social e promover o bem geral dos associados e da categoria representada;
- O plano de trabalho, distribuição e atividades a serem desempenhadas aos cargos da Diretoria eleita;
- Elaborar os regimentos internos necessários, subordinados ao Estatuto, bem como a política sindical a ser seguida pelo Sindicato;
- Cumprir e fazer cumprir as leis em vigor, bem como o Estatuto, regimento e resoluções emanadas da Assembleia Geral;
- Impor e aplicar as penalidades previstas no Estatuto;
- Reunir-se em sessão, ordinariamente uma vez por mês, extraordinariamente, sempre que o Presidente ou a maioria convocar;
- Propor e aprovar em reuniões de Diretoria a remuneração dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e outros;

Art. 20 - São cargos da Diretoria efetiva:

- Presidente
- Vice Presidente
- Secretário Geral
- Secretário Geral Adjunto
- Secretário de Finanças
- Secretário de Finanças Adjunto
- Secretário de Assuntos Sindicais

Art. 21 - Ao Presidente compete:

- Representar o sindicato perante a administração pública e judiciária, ativa e passivamente judicial e extrajudicialmente, podendo neste último caso delegar poderes;
- Superintender todos os negócios do Sindicato, e bem como coordenar toda a administração do Sindicato;
- Assinar e presidir as reuniões da Diretoria e convocar e instalar as Assembleias Gerais;
- Assinar as atas das sessões, o orçamento anual e todos os papéis que dependam de sua assinatura, bem como rubricar os livros da secretaria;
- Ordenar as despesas e por visto nos cheques e contas a pagar, com o tesoureiro e ter sob seu comando e responsabilidade a contabilidade do Sindicato;
- Nomear e demitir representantes regionais bem como nomear funcionários do Sindicato e fixar-lhes os vencimentos conforme as necessidades do Sindicato;
- Assinar a correspondência privativa do seu cargo;
- Respeitar em tudo a lei e as autoridades constituídas;
- Cumprir o presente Estatuto;
- Convocar e coordenar eleições sindicais e determinar as providências que se tomarem necessárias ao procedimento legal do pleito, bem como dos representantes regionais, Delegados e Diretores das Sub-Sedes e daí-lhes posse, respeitando em tudo este Estatuto;
- Ter sob sua orientação o banco de dados e estudos socioeconômicos do Sindicato.

Art. 22 - Ao Vice-Presidente compete:

- Substituir o Presidente nos seus impedimentos, ato voluntário ou em caráter definitivo;
- Colaborar em harmonia com o Presidente e demais membros da Diretoria, em todos os assuntos administrativos do Sindicato, agindo em consonância com o Presidente;
- Auxiliar o Presidente na execução de suas tarefas, intervirando-se de todos os acontecimentos do Sindicato;
- Executar as funções e atividades que lhe forem atribuídas.

Art. 23 - Ao Secretário Geral compete:

- Haverem vacância no cargo de Vice-Presidente, substituir o Presidente em seus impedimentos;
- Preparar a correspondência de expediente do Sindicato;
- Ter sob sua guarda o arquivo do Sindicato;
- Redigir e ler as atas das sessões da Diretoria e das Assembleias Gerais, secretariando as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Secretaria;
- Executar outras funções e atividades que lhe forem atribuídas;
- Manter arquivos e arquivos de quadros associados da entidade.

Art. 24 - Compete ao Secretário Adjunto substituir o Secretário Geral nos seus impedimentos e auxiliá-lo em suas funções nos termos deste Estatuto.

Art. 25 - Ao Secretário de Finanças compete:

- Colaborar com o Secretário Geral para o desenvolvimento de suas atividades;
- Ter sob sua guarda os valores do Sindicato, responsabilizando-se pela elaboração da contabilidade do Sindicato;
- Adotar meios e providências necessárias para impedir a corrosão e deterioração financeira do Sindicato, da arrecadação e recebimento numérico e de contribuições de qualquer natureza, inclusive doações e legados;
- Realizar os pagamentos autorizados;
- Apresentar ao Conselho Fiscal, os balanços trimestrais e um balanço anual;
- Recolher o dinheiro do Sindicato em bancos nacionais;
- Assinar com o Presidente os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- Dirigir a escrituração contábil e financeira;
- Zelar pelas finanças do Sindicato;
- Elaborar relatório e análise sobre a situação financeira do Sindicato;

k) Providenciar o balanço anual de prestação de contas a Assembleia Geral.

**Art. 26 -** Compete ao Secretário de Finanças Adjunto substituir ao Secretário de finanças em seus impedimentos e auxiliá-lo em suas funções nos termos deste Estatuto.

**Art. 27 -** Ao Secretário de Assuntos Sindicais compete:

- Manter intercâmbios com órgãos e entidades especializados de interesse da categoria;
- Encarregar-se das relações do Sindicato a nível nacional, estadual e regional;
- Interligar-se de todos os acontecimentos do Sindicato;
- Manter relacionamentos com outras entidades sindicais, para o aprimoramento das relações profissionais da categoria.

## CAPÍTULO VI

### "SEÇÃO I"

#### DO CONSELHO FISCAL

**Art. 28 -** O Conselho Fiscal será composto no máximo de três (03) membros efetivos, podendo haver até três (03) suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria, na forma deste Estatuto, limitando-se sua competência a fiscalização da questão financeira.

**Art. 29 -** Ao Conselho Fiscal compete:

- Dar parecer sobre o orçamento do Sindicato para o exercício financeiro seguinte;
- Opinar e dar parecer sobre as despesas extraordinárias, sobre balançetes mensais e sobre o balanço anual relativo ao exercício e balanço visto.

### "SEÇÃO II"

#### CONSELHO DE REPRESENTANTES E ENTIDADES DE GRAU SUPERIOR

**Art. 30 -** O Conselho de Representantes será constituído de dois membros efetivos e dois membros suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria, podendo inclusive, tais cargos serem cumulados por membros da própria Diretoria, na forma deste Estatuto.

**Art. 31 -** Compete ao Conselho de Representantes representar o Sindicato, mantendo estrito e permanente contato com entidades sindicais de grau superior, pertencentes à atual estrutura sindical de âmbito estadual, nacional ou internacional, sempre no interesse da categoria profissional, representada, conforme a política sindical definida pela Diretoria.

**Art. 32 -** Tendo em vista a comunhão do interesse de classe e o fortalecimento da organização da classe trabalhadora o Sindicato buscará necessariamente, vinculação política e orgânica junto a entidades de graus superiores.

**Art. 33 -** Compete a categoria profissional representada, decidir sobre a filiação do Sindicato a entidade de grau superior, bem como sobre a respectiva forma de contribuição financeira, através da Assembleia Geral.

**Art. 34 -** Uma vez decidida a filiação, competirá a Diretoria do Sindicato encaminhar a política geral estabelecida pela entidade a qual o Sindicato se filiou.

**Art. 35 -** O Sindicato promoverá todo apoio possível no sentido de implementar a política e desenvolver campanhas estabelecidas pela entidade superior.

**Art. 36 -** O Sindicato buscará a participação das entidades de graus superiores nas campanhas e lutas da categoria.

Sergio Maldonado Garcia  
OAB-PR 16790

### "SEÇÃO III"

#### DO CORPO DE SUPLENTE

**Art. 37 -** Conforme o previsto neste Estatuto, para cada órgão diretivo do Sindicato, poderão ser eleitos em igual número, membros efetivos e suplentes.

**Art. 38 -** Os suplentes poderão ser nomeados para representação e defesa dos interesses da entidade e da categoria, pela Diretoria, para exercício de mandato quando houver vacância de cargo, independentemente da ordem de menção da chapa ou outros fins específicos, para executar funções e atividades que lhes forem atribuídas.

### "SEÇÃO IV"

#### DO ABANDONO, VACÂNCIA, SUBSTITUIÇÃO E PERDA DE MANDATO

**Art. 39 -** Considera-se abandonado de mandato ou cargo, quando seu titular deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões alternadas, convocados pelo órgão ou ausentar-se de seus afazeres sindicais pelo período de trinta dias consecutivos, sem justificativas.

§ 1º - Estarão incorridos neste artigo membros efetivos e suplentes de todos os órgãos deste Sindicato.

§ 2º - Decorrido trinta dias de ausência, o dirigente será notificado por escrito e contra recho, para que dentro dos próximos trinta dias, se apresente e justifique sua ausência. Expirado o prazo, o caso será resolvido em reunião da Diretoria, e positivamente levado a confirmação em Assembleia Geral.

§ 3º - A competência para a destituição de mandato é exclusiva da Assembleia Geral.

**Art. 40 -** Os membros efetivos e suplentes dos órgãos de direção, fiscalização do Sindicato, perderão o mandato nos seguintes casos:

- Malversação ou dissipação do patrimônio;
- Grave violação deste Estatuto;
- Provocar ou favorecer desmembramento da base territorial deste Sindicato, ou dissociação da categoria, sem prévia autorização da Assembleia Geral;
- Aceleração ou solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo;
- Ausência injustificada à 3 (três) reuniões da Diretoria ou do Conselho Fiscal ou do Conselho de Representantes da Federação.

**Art. 41 -** A perda de mandato será processada pela Diretoria mediante os seguintes procedimentos:

- Será notificado por escrito e contra recho o diretor acusado dos fatos e circunstância que lhe foram imputadas, assegurando prazo de 10 (dez) dias para apresentação de sua defesa;
- Da decisão da Diretoria caberá recurso no prazo de até 10 (dez) dias a próxima Assembleia Geral, a qual terá a decisão final;
- Havendo renúncia ou perda de cargo de qualquer membro da Diretoria, assumirá automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto;
- Afastando-se esgotada a lista de membros da Diretoria, serão convocados os suplentes que ocuparão os últimos cargos.

**Art. 42 -** A convocação dos suplentes quer para a Diretoria, quer para o Conselho Fiscal, compete ao Presidente ou ao seu substituto legal.

§ 1º - Por necessidade de manutenção da continuidade funcional, declarada e de interesse do Sindicato e havendo concordância do Diretor, poderá em caso de substituição de membro da Diretoria, deixar de assumir o cargo vacante, o Diretor, que for substituto imediato, nesta hipótese no cargo de Diretor, que já estiver ocupado.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do parágrafo anterior, assumirá o Diretor imediato, podendo ainda, o cargo vacante ser assumido por suplente, conforme estabelece este Estatuto.

**Art. 43 -** Em se tratando de renúncia do Presidente do Sindicato, será esta notificada, igualmente por escrito e com firma reconhecida, a seu substituto legal que, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, reunirá a Diretoria efetiva para ciência do ocorrido.

Sergio Maldonado Garcia  
OAB-PR 16790



**Art. 44 -** O abandono e perda do mandato serão deliberados pela Diretoria e ratificados pela Assembleia Geral, após processamento e parecer da Diretoria eleita.

**Art. 45 -** O processamento e sessão de julgamento de penalidades aplicadas aos associados e diretores devem ser cobertos pelo direito da ampla defesa.

**Art. 46 -** O quorum para deliberação de Assembleia Geral para decidir sobre mandato e perda de mandato será de maioria simples.

**Art. 47 -** A aplicação de penalidades a associados e diretores, será consignada em ata, e se necessário, comunicada em boletim da categoria.

**Art. 48 -** As penalidades surtirão seus efeitos após decisão da Diretoria, ou havendo recurso da decisão Assembleia e pelo período que esta declarar.

**Art. 49 -** A vacância do cargo será declarada pela Diretoria, nos casos de falecimento ou renúncia de diretor e pela Assembleia Geral, nos casos de abandono e perda de mandato.

**Art. 50 -** Todos os procedimentos, que impliquem em alteração na composição dos órgãos de administração do Sindicato, deverão ser registrados em atas deixando-se cópias aos autos do processo eleitoral.

**Art. 51 -** Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal, e se não houver suplente, o Presidente ainda que resignatário, convocará Assembleia Geral, a fim de que se organize e realize nova eleição.

**Art. 52 -** No caso de abandono de cargo, processar-se-á, na forma dos artigos anteriores, não podendo, entretanto, o membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, que houver abandonado o cargo, ser eleito para qualquer mandato de administração ou de representação durante dez (10) anos.

## "SEÇÃO V"

### DA PERMUTA DOS CARGOS

**Art. 53 -** Os membros da Diretoria e os empossados nos cargos respectivos, durante o mandato, poderão ter seus cargos permutados por:

- a) Livre manifestação e interesse recíproco dos titulares;
  - b) Impossibilidade comprovada de cumprir fielmente as funções decorrentes do cargo;
  - c) Inadaptação comprovada no exercício do cargo para o qual foi eleito.
- § 1º - Em qualquer hipótese prevista neste artigo, o substituído será investido no cargo de seu substituto.
- § 2º - A permuta prevista neste artigo somente se efetivará após aprovação da Diretoria.

## CAPÍTULO VII

### "SEÇÃO I"

### DAS ASSEMBLEIAS

**Art. 54 -** A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação do Sindicato, sendo soberana, em suas resoluções, e a ela compete privativamente:

- a) Decidir sobre a exclusão de associados, abandono e perda de mandato de diretores;
- b) Proceder a alterações no Estatuto Social;
- c) Fixar as contribuições, taxas e rendas, suas formas de pagamento e cobrança;
- d) Dispor sobre alienação de imóveis e dissolução da entidade sindical;
- e) Apreciação de balanço financeiro e prestação de contas;
- f) Eleição de associado para o preenchimento de cargos previstos neste Estatuto;
- g) Julgamento dos autos da Diretoria e recursos interpostos pelos associados.

h) Deliberar sobre definição de pauta de reivindicações e o processo de renovação dos instrumentos normativos de trabalho.

i) Decidir sobre a deliberação do greve, assim como pela sua cessação.

**Art. 55 -** As Assembleias poderão ser Ordinárias ou Extraordinárias, ambas ou ambas a parcela da categoria cujo interesse se encontre em discussão.

**Art. 56 -** Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria, e se não houver suplente, o Presidente ainda que resignatário convocará Assembleia Geral a fim de que se organize e realize nova eleição.

§ Único - Em idêntica situação ocorrerá quando o número de diretores efetivos e suplentes, for inferior a 3 (três), tornando-se impossível a administração da entidade por um colegiado.

**Art. 57 -** Serão consideradas Ordinárias as Assembleias para apreciação do balanço financeiro, balanço patrimonial e das previsões orçamentárias e a Assembleia Geral Eleitoral. Todas as demais são consideradas Extraordinárias.

**Art. 58 -** As deliberações da Assembleia Geral serão sempre tomadas por aclamação, salvo as exceções previstas neste Estatuto ou aquelas que a Diretoria decidir por uso de metodologia diferente.

§ Único - A votação por aclamação é manifestada mediante palmas, ou levantamento das mãos dos que forem favoráveis à proposta submetida ao plênio.

**Art. 59 -** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas através de edital publicado com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da sua realização, em jornal de circulação na base territorial ou no Diário Oficial, sem prejuízo de sua fixação na sede sindical ou no local de trabalho.

§ Único - Quando a Assembleia Geral não puder funcionar, em primeira convocação, funcionará automaticamente em segunda convocação uma hora depois, a qual poderá se realizar com qualquer número de presentes, salvo casos específicos previstos neste Estatuto.

**Art. 60 -** A Assembleia Geral Eleitoral, as Assembleias que impliquem em alienação de bens imóveis, dissolução da entidade e alteração do estatuto serão processadas de forma específica em relação a sua convocação e quorum de deliberação.

**Art. 61 -** Realizar-se-ão as Assembleias Gerais Extraordinárias:

- a) Quando o Presidente ou a maioria da Diretoria julgar conveniente;
- b) A requerimento de 1/3 dos associados em gozo de seus direitos sociais, os quais especificarão o motivo da convocação, conforme o previsto neste Estatuto;
- c) Deliberações sobre relações ou dissídios de trabalho.

**Art. 62 -** A convocação da Assembleia Geral Extraordinária, quando feita pela maioria da Diretoria ou pelos associados, não poderá ocorrer se o Presidente do Sindicato e tera de promover a sua realização dentro de 30 (trinta) dias contados da entrega do requerimento ao Secretário.

§ 1º - Na falta de convocação pelo Presidente, tal-o-o expirado o prazo marcado neste artigo aqueles que a deliberaram realizar.

§ 2º - Deverão comparecer à respectiva reunião sob pena de nulidade da mesma, a maioria dos que a promoverem.

**Art. 63 -** As Assembleias Gerais Extraordinárias só poderão tratar dos assuntos para os quais foram especificamente convocadas.

**Art. 64 -** Para participar das Assembleias o trabalhador deverá ser devidamente identificado e assinará a folha de presença.

**Art. 65 -** As deliberações das Assembleias serão válidas quando tomadas pela maioria de votos dos presentes, constante da lista de associados em condições de votar.

**Art. 66 -** As Assembleias Ordinárias e Extraordinárias serão presididas pelo Presidente do Sindicato ou pelo seu substituto estatutário.

§ Único - As Assembleias de prestação de contas poderão ser presididas pelo Secretário de Finanças ou por associados escolhidos pelo plênio.

**Art. 67 -** Instalada a Assembleia, o Presidente comportará a mesa de trabalho com seus Diretores e solicitará ao Secretário a leitura do edital, encerrada a discussão da matéria o Presidente a colocará em discussão.

Art. 68 - O disposto no artigo 59 aplicar-se-á a Assembleia Geral Extraordinária especificamente convocada para deliberar sobre a deliberação de greve e a sua cessação

Art. 69 - A publicação do edital de convocação para a realização de Assembleia para deliberação de greve em locais de trabalho onde ocorra a prestação de serviços ou atividades essenciais obedecerá ao previsto na legislação específica em vigor

## "SEÇÃO II"

### "DAS ELEIÇÕES SINDICAIS E DA ÉPOCA DAS ELEIÇÕES"

Art. 70 - As eleições para os cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, seus suplentes, bem como para representação junto à Federação, serão realizadas simultaneamente, na forma prevista neste Estatuto, por escrutínio secreto.

Art. 71 - As eleições a que se refere o artigo anterior, serão realizadas no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias e no mínimo de até 30 (trinta) dias que antecederem ao término dos mandatos vigentes.

## "SEÇÃO III"

### CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 72 - As eleições serão convocadas pelo Presidente mediante edital publicado em jornal de grande circulação na base territorial e ou no Diário Oficial do Estado do Paraná, e a publicação do aviso resumido do edital em jornal de grande circulação na base territorial e ou no Diário Oficial do Estado do Paraná deverá ser feita em até 03 (três) dias corridos a contar daquela.

§ 1º - Cópia do edital a que se refere este artigo, corriqueiramente, deverá ser afixado na sede e nas sub-sedes deste Sindicato

§ 2º - O edital de convocação das eleições deverá obrigatoriamente conter:

- a) Prazo para o registro das chapas, horário de funcionamento da Secretaria;
- b) Data, horários e locais fixos de votação;
- c) Horário da segunda e terceira votação, caso não haja "quorum", bem como data de nova eleição, em caso de empate entre as chapas mais votadas

Art. 73 - O aviso resumido do edital deverá conter:

- a) Nome do Sindicato;
- b) Prazo para registro de chapas e horários de funcionamento da Secretaria;
- c) Dados, horários e locais fixos de votação;
- d) Referência do local onde se encontra afixado o edital

## "SEÇÃO IV"

### DA INELEGIBILIDADE E INVESTIDURA EM CARGOS DO COLEGIADO DIRETIVO

Art. 74 - Será inelegível, bem como fica vetado de permanecer no exercício de cargos eletivos, o associado que:

- a) Não estiver inscrito como associado efetivo, cabendo a única exceção aos aposentados inativos aos cargos do Conselho Fiscal;
- b) Não tiver definitivamente aprovadas as suas contas de exercício em cargo de administração;
- c) Não estiver quite com as suas obrigações sindicais na data do registro de sua candidatura;
- d) Não estiver nos últimos 02 (dois) anos ininterruptos que antecederem o registro da chapa, exercendo efetivamente sua atividade profissional ou no desempenho da representação profissional dentro da base territorial do sindicato;
- e) Não tiver mais de 06 (seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato;

JK

- i) Menor de 18 (dezoito) anos;
- g) Não estiver no gozo dos direitos políticos e sociais conferidos por este Estatuto;
- h) Tiver sido condenado por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos da pena;
- i) Não conduta comprovada;
- j) Estrangeiros;
- k) Estiver desempregado ou tiver sido convocado para prestação de serviço militar;
- l) Inscreverem-se como candidato em mais de uma chapa.

## CAPÍTULO VIII

### "SEÇÃO I"

#### DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 75 - Os membros efetivos e suplentes da Diretoria, Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes, serão eleitos segundo o processo eleitoral previsto neste Estatuto

Art. 76 - Será garantido por todos os meios democráticos a lisura dos pleitos eleitorais, assegurando-se condições de igualdade entre as chapas concorrentes, especialmente no que se refere a fiscais, tanto na coleta quanto na apuração dos votos.

Art. 77 - Na contagem dos prazos estabelecidos no presente Estatuto, exclui-se o dia do começo, incluindo-se o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado

### "SEÇÃO II"

#### DO ELEITOR

Art. 78 - É eleitor o associado efetivo na forma estabelecida neste Estatuto e que preencha os requisitos estabelecidos no presente Estatuto

Art. 79 - A relação dos associados em condições de votar será elaborada com antecedência de 05 (cinco) dias da data da eleição e será, neste mesmo prazo, afixada em local de fácil acesso na sede da entidade.

§ 1º - São condições necessárias para o exercício do direito de voto:

- a) Ser associado na categoria dos efetivos a mais de 06 (seis) meses;
- b) Estar quite com as obrigações sindicais, até 10 (dez) dias antes da eleição;
- c) Estiver no gozo dos direitos sociais conferidos neste Estatuto;
- d) Ter mais de 16 anos de idade.

### "SEÇÃO III"

#### DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 80 - O processo eleitoral será coordenado pelo Presidente do Sindicato, que terá sob sua guarda os autos com toda documentação respectiva e cuidará da observância dos prazos e providências previstas neste Estatuto

§ 1º - O Presidente, mediante aprovação da maioria da Diretoria Administrativa, poderá nomear mandatário por procuração, preferencialmente do Depto. Jurídico do Sindicato, ou nomear qualquer outro associado efetivo, para praticar todos os quaisquer atos necessários relativos ao processo eleitoral, sob sua responsabilidade.

§ 2º - O Presidente poderá ainda, se o quiser, e mediante aprovação da maioria da Diretoria, designar uma comissão eleitoral para dirigir o pleito, podendo acatar a indicação de representantes das chapas inscritas cujas atribuições serão definidas pela Diretoria do Sindicato

JK

§ 3º - Estão compreendidos dentre os atos de coordenação e competência da Diretoria do Sindicato a formação dos autos do processo eleitoral em duas vias, a elaboração do roteiro e fixação do número de mesas coletoras itinerantes e demais providências administrativas necessárias ao bom andamento do pleito inclusive a posse dos eleitos.

**Art. 81 - A Diretoria Administrativa compete dentre outras:**

- Elaborar a lista de votantes (05 (cinco) dias antes da eleição e fixá-la no edital do Sindicato;
- Indicar os nomes dos presidentes de mesas e mesários que comporão as mesas coletoras, preferencialmente dentre os associados do sindicato;
- Indicar os nomes dos apuradores da eleição;
- Credenciar os fiscais de cada chapa junto às mesas coletoras e apuradoras, garantindo às condições para sua atuação;
- Responsabilizar-se pela guarda e garantia de integridade da urna;
- Dirimir quaisquer dúvidas e situações oriundas do processo eleitoral, não previstas no presente Estatuto

**Art. 82 - São peças essenciais do processo eleitoral**

- Edital e aviso resumido do edital
- Exemplar do jornal que publicou o edital e o aviso resumido do edital e a relação das chapas inscritas
- Cópias dos requerimentos dos registros das chapas, acompanhado da ficha de qualificação e demais documentos;
- Relação dos eleitores;
- Lista de votantes;
- Ata dos trabalhos eleitorais;
- Exemplar da cédula eleitoral;
- Impugnações, recursos, defesas e decisões

## "SEÇÃO IV"

### DO REGISTRO DE CHAPAS

**Art. 83 - O prazo para apresentação de requerimento de registro de chapas sera de 05 (cinco) dias corridos, impreteríveis, contados da data da publicação do aviso resumido do edital.**

§ 1º - O prazo para o requerimento do registro é conclusivo, encerrar-se-á ao final do expediente do quinto dia e não admitirá prorrogação em hipótese alguma.

§ 2º - A apresentação do requerimento de registro de chapa na secretaria do sindicato, deverá ser feita obrigatoriamente pelo "cabeça de chapa", ou na impossibilidade deste, por qualquer um dos outros integrantes da chapa.

§ 3º - O requerimento do registro far-se-á junto a secretaria do sindicato, a qual examinará o pedido que, se deferida tal inscrição, fornecerá recibo da documentação apresentada.

§ 4º - Para efeito do disposto neste artigo o Sindicato manterá uma secretaria durante o período eleitoral, com expediente normal de no mínimo 08 (oito) horas diárias, onde permanecerá pessoa habilitada para atender aos interessados, prestar informações constantes ao processo eleitoral, receber documentos, examinar os requisitos exigidos no art. 84 deste Estatuto, fornecer recibos, etc.

**Art. 84 - O requerimento do registro de chapa assinado preferencialmente pelo "cabeça da chapa", ou na impossibilidade deste, por qualquer um dos candidatos que a integra, será endereçado ao Presidente do Sindicato, em três vias e instruídos no ato com os seguintes documentos, sem os quais, não serão em hipótese alguma recebidos:**

- Ficha de qualificação do candidato, em três vias assinadas pelo candidato, contendo o nome, filiação, data e local de nascimento, estado civil, endereço da residência anterior e atual, número de matrícula no quadro social da Entidade, número e série da CTPS, número do registro de identidade, nome e endereço do empregador, data de admissão, função, tempo de exercício da profissão na base territorial do Sindicato;
- Carteira original do sócio eleitoral da entidade, ou sua cópia autenticada;
- Declaração de inexistência de débitos junto a tesouraria da entidade;
- Cópias autênticas em duas vias da CTPS, das folhas onde constem a foto e o número da CTPS, a qualificação civil, e os vínculos de trabalho que comprovem o tempo de exercício profissional na base territorial do Sindicato;

e) Cópias autenticadas em duas vias da Cédula de Identidade;

f) Comprovante de "luz ou água", capaz de provar o domicílio na base territorial do Sindicato;

g) Declaração individual com firma reconhecida de concordância em concorrer ao pleito eleitoral

h) Declaração onde conste quem é o "cabeça da chapa", seu número de telefone fixo e celular, e endereço eletrônico para receber avisos, notificações e intimações;

§ 1º - O "cabeça da chapa", necessariamente deverá estar inscrito na chapa.

§ 2º - O "cabeça da chapa", será aquele que receberá e dará como válida toda e qualquer comunicação feita com relação às decisões, prazos e procedimentos do processo eleitoral, valendo-se a data de remessa ao endereço eletrônico, para início de contagem de qualquer prazo.

§ 3º - Todo aviso, notificação ou intimação que porventura se fizerem necessários durante o processo eleitoral, serão afixados por edital, na sede da entidade em local de costume e para o conhecimento de todos.

**Art. 85 - No ato de inscrição da chapa, será recusado o registro que**

- Não apresentar a totalidade dos documentos exigidos no artigo anterior;
- Deixar de promover a correção de eventuais irregularidades na documentação apresentada até o final da data possível de inscrição;
- Não apresentar o total de candidatos efetivos e suplentes previstos para cada órgão

**Art. 86 - Caso seja deferida a inscrição da chapa, uma via de cada ficha de qualificação, juntamente com uma via do requerimento de solicitação de inscrição, devolvendo o requerimento, serão devolvidos ao representante, como recibo de inscrição da chapa.**

§ 1º - O sindicato comunicará por escrito, com contra recibo ou "AR", a empresa no prazo de 24 (vinte e quatro horas), o dia e a hora do registro de candidatura de seu empregado.

**Art. 87 - As chapas cujas inscrições forem deferidas, deverão ser numeradas sequencialmente a partir do número 01 (um), obedecendo a ordem de inscrição.**

§ 1º - No ato da inscrição, os requerimentos e os documentos que respectivamente o acompanham serão examinados a fim de se admitir a possibilidade de registro da chapa.

§ 2º - Havendo irregularidades, o portador do pedido de inscrição, será notificado no ato, para sanar as irregularidades, tendo como prazo impreterível, até o final do período de inscrição, previsto no art. 83 deste Estatuto.

§ 3º - Não havendo a correção das irregularidades apontadas no ato da tentativa de inscrição da chapa, até o final do prazo de inscrição previsto no artigo 83 deste Estatuto Social, não será concedido qualquer prorrogação de prazo, ou adota inscrição parcial ou regular, de forma que, a tentativa de inscrição será tida como ineficaz, sendo a mesma indeferida.

**Art. 88 - Encerrado o prazo previsto no artigo 83 deste Estatuto, e havendo o saneamento das chapas irregulares, ou não havendo irregularidades a serem sanadas, o Presidente da entidade providenciará a imediata lavatura da ata correspondente, convertendo-se, em ordem numérica de inscrição, e consignando-se o registro das chapas e os nomes dos candidatos efetivos e suplentes habéis a participar do pleito eleitoral, havendo também, consignar-se-á o motivo de indeferimento das chapas irregulares.**

§ 1º - No prazo de 03 (três) dias, o Presidente fará publicar a relação nominal das chapas registradas pelo mesmo meio de divulgação já utilizado para o aviso resumido do edital, e declarará aberto o prazo de 03 (três) dias para impugnação de candidaturas.

**Art. 89 - Ocorrendo renúncia formal de candidatos após o registro da chapa, o Presidente do Sindicato afixará cópia desse pedido em quadro de aviso para conhecimento dos interessados**

**Art. 90 - A chapa de que fizerem parte candidatos renunciantes poderá concorrer desde que os demais candidatos, entre efetivos e suplentes, bastem ao preenchimento de todos os cargos efetivos mais a metade mais um dos suplentes**

**Art. 91 - Encerrado o prazo, sem que tenha havido o registro de chapas, o Presidente dentro do prazo de 10 (dez) dias, providenciará nova convocação de eleições.**

## "SEÇÃO V"

### DA COMISSÃO DE RECURSOS

**Art. 92 -** Havendo necessidade, o Presidente do Sindicato designará uma Comissão de Recursos Eleitorais, composta de 03 (três) membros, indicando o seu presidente

**Art. 93 -** Compete a Comissão a que se refere o artigo anterior, a apreciação e o julgamento, em única instância, dos recursos, impugnações e outros dúvidas, ressalvada a competência das mesas coletoras e de apuração dos votos

#### "SEÇÃO VI"

#### IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS

**Art. 94 -** O prazo de impugnação de candidaturas é de 03 (três) dias, contados da publicação da relação nominal das chapas registradas

§ 1º - A impugnação somente poderá versar sobre as causas de inelegibilidade prevista neste Estatuto e será proposta através de requerimento, dirigido ao presidente da comissão de recursos eleitorais e entregue contra recibo, na secretaria, assinada por associado em pleno gozo de seus direitos sindicais

§ 2º - No encerramento do prazo de impugnação lavrar-se-á o competente termo de encerramento, em que será consignada as impugnações propostas, destacando-se nominalmente os impugnados e impugnantes

§ 3º - Cientificado em até 48:00 (quarenta e oito) horas, o "cabeça de chapa", cujo candidato foi impugnado, terá o prazo de até 03 (três) dias para apresentar sua resposta, instruindo o processo, a comissão de recursos eleitorais decidirá sobre a procedência ou improcedência da impugnação, em até 03 (três) dias após o prazo concedido a defesa

§ 4º - Será atizada a decisão no quadro de avisos da sede e sub-sedes do Sindicato para o conhecimento de todos os interessados, dando-se ciência ao "cabeça da chapa" que integra o impugnado

§ 5º - A chapa de que fizerem parte candidatos impugnados, poderá concorrer desde que os demais candidatos não impugnados, bastem ao preenchimento de todos os cargos efetivos, e metade mais um dos suplentes

#### "SEÇÃO VII"

#### DOS PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE VOTOS

**Art. 95 -** O voto será direto e secreto e seu sigilo será assegurado mediante as seguintes providências:

a) Uso de cédula única contendo todas as chapas inscritas, respeitando-se a ordem de inscrição;

b) Isolamento do eleitor em cabine indelevelável para o ato de votar;

c) Verificação da autenticidade das cédulas únicas, à vista das rubricas dos membros da mesa coelora;

d) Emprego de urnas que assegurem a inviolabilidade do voto

**Art. 96 -** A cédula única será confeccionada em papel branco opaco ou pouco absorvente, com tinta preta e tipo uniforme e confeccionada de maneira tal que cubra, resguard o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechala

**Art. 97 -** Cada chapa encaminhará a secretaria do Sindicato no prazo máximo de até 05 (cinco) dias antes do início da votação, uma relação de seus fiscais, em número suficiente, inclusive para eventuais substituições

§ único - O credenciamento dos fiscais, que deverão obrigatoriamente pertencer ao quadro social da entidade

**Art. 98 -** Serão criadas mesas coletoras em número suficiente para que no prazo estipulado a coleta de votos, sejam visitados os locais de votação com volume significativo de votos, além das mesas coletoras fixas, instaladas na sede e sub-sedes da entidade

**Art. 99 -** As mesas coletoras itinerantes poderão se juntar a coleta de votos em uma única empresa se necessário for.

**Art. 100 -** Somente poderão permanecer no recinto da mesa coelora os seus membros, os fiscais credenciados e, durante o tempo necessário a votação o eleitor.

§ 1º - Nenhuma pessoa estranha à direção da mesa coelora poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação

§ 2º - Os trabalhos de votação só poderão ser encerrados antecipadamente se já tiverem votados todos os eleitores constantes das folhas de votação, salvo se for mesa coelora itinerante

§ 3º - Quando se fizer necessário, estender o trabalho de coleta por mais de um dia, ao término dos trabalhos de cada dia, o Presidente da mesa coelora, juntamente com os mesários e fiscais, procederão ao fechamento da urna, com a aposição de tiras de papel gomado, rubricadas pelos membros da mesa e pelos fiscais. Fazendo-se lavar a ata e pelos mesmos assinados, com menção expressa do número de votos depositados

§ 4º - Ao término dos trabalhos de cada dia, as urnas permanecerão na sede do sindicato ou nas sub-sedes ou a critério do Presidente do Sindicato

§ 5º - O descerramento da urna no dia da continuação da votação será feita na presença dos mesários e fiscais presentes, após verificado que a mesma permaneceu inviolada

§ 6º - Antes de depositar a cédula na urna, o eleitor deverá exibir a parte rubricada a mesa para que verifiquem sem a tocar se é a mesma que lhe foi entregue, se a cédula não for a mesma que lhe foi entregue, o eleitor será convidado a voltar a cabine indelevelável e trazer o seu voto na cédula que recebeu, se o eleitor não puder conforme o determinado, não poderá votar, anotando-se a ocorrência na ata

**Art. 101 -** São documentos válidos para a identificação do eleitor

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

b) Cédula de identidade;

c) Carteira de associado do sindicato.

**Art. 102 -** Na hora determinada no edital para o encerramento da votação, havendo no recinto eleitores que ainda não votarem, serão os mesmos convidados em voz alta, a fazerem a entrega aos mesários os documentos de identificação, prosseguindo-se os trabalhos até que vote o último eleitor

§ 1º - Caso não haja mais eleitores para votar, serão encerrados imediatamente os trabalhos, devendo a urna ser lacrada, com aposição de tiras de papel gomado, rubricada pelos membros da mesa e pelos fiscais presentes

§ 2º - Em seguida o coordenador fará lavar a ata, que será também assinada pelos mesários e pelos fiscais presentes, registrando-se a data e hora de início e término dos trabalhos, total geral de votantes, total de eleitores em certificações de voto constantes na lista de votação, bem como, resumidamente as ocorrências e protestos verificados. A seguir, o coordenador da mesa coelora fará a entrega da urna ao presidente da mesa apuradora ou a secretaria do Sindicato, mediante recibo de todo o material utilizado durante a votação.

**Art. 103 -** Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem e apresentação à mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes, receberá a cédula única rubricada pelo presidente e mesários e na cabine indelevelável após assinalar no retângulo próprio a chapa de sua preferência, a dobrar, depositando-a em seguida, na urna colocada na mesma coelora

§ único - O eleitor anelibeito após sua impressão digital na folha de votantes assinando a seu rogo por um dos mesários

**Art. 104 -** Os eleitores cujos votos foram impugnados votarão em separado.

§ único - O voto em separado, será tomado da seguinte maneira

a) O presidente da mesa coelora entregará a subsecretaria apropriada, para que ele, na presença da mesa, nela colocará a cédula que assinalou, colando a sobrecarla;

b) O presidente da mesa coelora anclará no verso da sobrecarla as razões da medida para posterior decisão do presidente da mesa apuradora

#### "SEÇÃO VIII"

#### DA SEÇÃO ELEITORAL DE VOTAÇÃO

**Art. 105 -** As mesas coletoras e apuradoras de votos funcionarão sob a exclusiva responsabilidade de um presidente, dois mesários e um suplente

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DECLARAÇÃO

\*\*\*\*\* O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, DECLARA para fins de direito que, com fundamento na Instrução Normativa nº 01/97, foi concedido no despacho publicado no D.O.U. 18.04.90, seção I, p. 7294, referente ao processo de nº 24000.002141/90, o arquivamento no AESB - Arquivo de Entidades Sindicais Brasileiras do Sindicato das Empresas em Empresas de Asseto e Conservação de Cascavel e Região - PR, representante da categoria dos Empregados em Empresas de Asseto e Conservação, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Alto Piquiri, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Bragançã, Cafelandia, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Curitiba, Corbélia, Cêu Azul, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Alves, Goioerê, Guaranicuru, Guaira, Iporã, Jesuítas, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Mariluz, Matelandia, Medianeira, Missal, Moreira Sales, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Santa Rosa, Palotina, Quedas do Iguaçu, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa do Oeste, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãss, Ubiratã, Umuarama, Vera Cruz do Oeste, fica convertido em registro sindical, desde que sobre ele não haja nenhuma pendência judicial. \*\*

Brasília, 19 de Março de 1999

MURILLO DUARTE DE OLIVEIRA  
Secretário de Relações do Trabalho

DECLARAÇÃO

OAB-PR 16720

§ 1º - O presidente e o primeiro mesário serão indicados pelo Presidente da entidade e os demais pelas outras chapas, se houver, no prazo de 05 (cinco) dias antes da eleição.

§ 2º - Da indicação referida lavrar-se-á a respectiva ata, comunicando-se por ofício, em seguida, aos indicados.

§ 3º - Serão instaladas mesas coletoras na sede e nas sub-sedes, sendo permitido, ainda a utilização de mesas coletoras itinerantes, tantas quantas forem necessárias.

§ 4º - Os membros da mesa coletora e apuradora deverão ser preferencialmente associados da entidade sindical.

§ 5º - Os trabalhos das mesas coletoras e apuradoras poderão ser acompanhadas por fiscais designados pelas chapas, escolhidos dentre os eleitores da entidade, na proporção de 01 (um) por mesa coletora ou apuradora.

Art. 106 - Não poderão ser nomeados membros da mesa coletora e apuradora, os candidatos, seus cônjuges, parentes, ainda que por afinidade até o segundo grau, inclusive.

Art. 107 - Os mesários substituirão o presidente da mesa coletora, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

§ 1º - Todos os membros eleitos da mesa coletora deverão estar presentes ao ato de abertura e de encerramento da votação, salvo por motivo de força maior.

§ 2º - Não comparecendo o presidente da mesa coletora até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para o início da votação, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na falta deste, o segundo mesário ou o suplente.

§ 3º - Poderá o mesário, ou o membro que assumir a presidência, designar "ad hoc" dentre os presentes, e observados os impedimentos do artigo anterior, convocar os membros que forem necessários para completar a mesa.

§ 4º - Caso haja ausência coletiva dos mesários, o Presidente da entidade fará nova designação.

"SEÇÃO IX"

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 108 - A seção eleitoral de apuração será instalada na sede do Sindicato ou em local apropriado, após o encerramento da votação, sob a presidência de pessoa de notória idoneidade, designada pelo Presidente da entidade.

§ 1º - Para esse fim o presidente da mesa apuradora, receberá a lista de votantes e as urnas devidamente lacradas e rubricadas pelos mesários e fiscais e convocará entre os presentes, tantos mesários quanto forem necessários para compor a mesa de apuração.

§ 2º - Vai compor a mesa apuradora escrutinadores indicados em comum acordo pelas chapas conconentes, assegurando-se o direito de acompanhamento de fiscais designados na proporção de 01 (um) por chapa.

§ 3º - Em havendo a participação de "chapa única", a apuração do resultado ocorrerá independentemente de o quórum ser atingido ou não, procedendo a abertura das urnas, uma de cada vez, para contagem das cédulas de votação, ao mesmo tempo procederá a leitura de cada uma das atas das mesas coletoras correspondentes e dispensará a apuração dos votos "em separado".

§ 4º - Se houver mais de uma chapa participando do pleito, o presidente da mesa apuradora verificará pela lista de votantes se o quórum foi atingido, procedendo, em caso afirmativo, a abertura das urnas, uma de cada vez, para contagem das cédulas de votação, ao mesmo tempo procederá a leitura de cada uma das atas das mesas coletoras correspondentes e decidirá um a um pela apuração ou não dos votos "em separado".

Art. 109 - Na contagem das cédulas de cada urna o presidente verificará se o seu número coincide com a lista de votantes.

§ 1º - Se o número total de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§ 2º - Se o número total de cédulas for superior ao total de votantes e ultrapassar em 5% (cinco por cento) o número de votantes, a urna será anulada.

§ 3º - Se o número total das cédulas for superior ao total de votantes mas não ultrapassar a 5% (cinco por cento) proceder-se-á a apuração da urna computando-se os votos.

§ 4º - Se o excesso de cédulas for igual ou superior a diferença entre as chapas mais votadas, a urna será anulada.



**Art. 110 -** Assiste ao eleitor o direito de formular perante a mesa apuradora, qualquer protesto referente a apuração.

§ 1º - O protesto poderá ser verbal, devendo o protestante ser informado pelo presidente da mesa, no ato do protesto, da necessidade de sua ratificação por escrito.

§ 2º - Não sendo o protesto verbal ratificado no curso dos trabalhos de apuração sob forma escrita, dele não se tomará conhecimento.

§ 3º - Haja ou não protesto, conservar-se-ão as cédulas apuradas sob a guarda do presidente da mesa apuradora, até a proclamação final do resultado, a fim de assegurar a eventual recontagem de votos.

**Art. 111 -** Finda a apuração, o presidente da mesa apuradora proclamará eleita a chapa que obtiver na primeira votação maioria absoluta dos votos, e maioria simples nas votações seguintes e fará lavar ata dos trabalhos.

§ 1º - A ata de apuração mencionará obrigatoriamente:

a) Dia e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;

b) O número de cada mesa colitora e o nome de seus mesários;

c) O nome e qualificação do presidente da mesa de apuração, bem como dos mesários que a integraram;

d) O resultado de apuração de cada mesa colitora, especificando-se o número de votantes, votos em separado, votos anulados, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e nulos e o seu total;

e) O número total de eleitores que votaram;

f) Resultado geral da apuração;

g) Proclamação dos eleitos;

§ 2º - A ata de apuração será assinada pelo presidente da mesa apuradora ou pelo Presidente da Entidade, assinando ainda facultativamente os representantes devidamente credenciados de cada chapa concorrente que estiverem presentes e pelos escrutinadores.

**Art. 112 -** Se o número de votos de uma anulada for superior a diferença entre as duas chapas mais votadas, não haverá a proclamação de eleitos pela mesa apuradora, devendo novas eleições serem realizadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**Art. 113 -** Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições no prazo de 15 (quinze) dias iniciada a eleição a participação das chapas mais votadas.

**Art. 114 -** Expirado o mandato da diretoria, será ele, em qualquer hipótese, prorrogado até a realização do novo pleito e posse dos eleitos.

**Art. 115 -** O Sindicato por seu Presidente deverá comunicar, por escrito, o empregador, no prazo de 48 (oitenta e oito) horas, a eleição e o período do mandato, bem como a data da posse do empregado eleito.

§ 1º - A posse dos eleitos ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior.

## "SEÇÃO X"

### DO QUORUM E DA VACÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 116 -** Em havendo mais de uma chapa inscrita ao pleito, a eleição do sindicato só será válida se participarem da votação mais de 50% (cinquenta por cento), dos associados, com capacidade para votar.

**Art. 117 -** Não sendo obtido este "quorum" o Presidente da mesa apuradora encerrará a Assembleia de apuração e ficará sob sua guarda as cédulas sem as dilis, notificando em seguida, o Presidente do Sindicato, para que este promova nova eleição nos termos do edital.

**Art. 118 -** A nova eleição será válida com qualquer número de votantes, observadas as mesmas formalidades da primeira.

§ único - Apenas as chapas inscritas para a primeira eleição poderão concorrer a subsequente

**Art. 119 -** Em havendo uma única chapa inscrita ao pleito, a mesma será válida com qualquer número de votantes.

**Art. 110 -** Assiste ao eleitor o direito de formular perante a mesa apuradora, qualquer protesto referente a apuração.

§ 1º - O protesto poderá ser verbal, devendo o protestante ser informado pelo presidente da mesa, no ato do protesto, da necessidade de sua ratificação por escrito.

§ 2º - Não sendo o protesto verbal ratificado no curso dos trabalhos de apuração sob forma escrita, dele não se tomará conhecimento.

§ 3º - Haja ou não protesto, conservar-se-ão as cédulas apuradas sob a guarda do presidente da mesa apuradora, até a proclamação final do resultado, a fim de assegurar a eventual recontagem de votos.

**Art. 111 -** Finda a apuração, o presidente da mesa apuradora proclamará eleita a chapa que obtiver na primeira votação maioria absoluta dos votos, e maioria simples nas votações seguintes e fará lavar ata dos trabalhos.

§ 1º - A ata de apuração mencionará obrigatoriamente:

a) Dia e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;

b) O número de cada mesa colitora e o nome de seus mesários;

c) O nome e qualificação do presidente da mesa de apuração, bem como dos mesários que a integraram;

d) O resultado de apuração de cada mesa colitora, especificando-se o número de votantes, votos em separado, votos anulados, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e nulos e o seu total;

e) O número total de eleitores que votaram;

f) Resultado geral da apuração;

g) Proclamação dos eleitos;

§ 2º - A ata de apuração será assinada pelo presidente da mesa apuradora ou pelo Presidente da Entidade, assinando ainda facultativamente os representantes devidamente credenciados de cada chapa concorrente que estiverem presentes e pelos escrutinadores.

**Art. 112 -** Se o número de votos de uma anulada for superior a diferença entre as duas chapas mais votadas, não haverá a proclamação de eleitos pela mesa apuradora, devendo novas eleições serem realizadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**Art. 113 -** Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições no prazo de 15 (quinze) dias iniciada a eleição a participação das chapas mais votadas.

**Art. 114 -** Expirado o mandato da diretoria, será ele, em qualquer hipótese, prorrogado até a realização do novo pleito e posse dos eleitos.

**Art. 115 -** O Sindicato por seu Presidente deverá comunicar, por escrito, o empregador, no prazo de 48 (oitenta e oito) horas, a eleição e o período do mandato, bem como a data da posse do empregado eleito.

§ 1º - A posse dos eleitos ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior.

## "SEÇÃO X"

### DO QUORUM E DA VACÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 116 -** Em havendo mais de uma chapa inscrita ao pleito, a eleição do sindicato só será válida se participarem da votação mais de 50% (cinquenta por cento), dos associados, com capacidade para votar.

**Art. 117 -** Não sendo obtido este "quorum" o Presidente da mesa apuradora encerrará a Assembleia de apuração e ficará sob sua guarda as cédulas sem as dilis, notificando em seguida, o Presidente do Sindicato, para que este promova nova eleição nos termos do edital.

**Art. 118 -** A nova eleição será válida com qualquer número de votantes, observadas as mesmas formalidades da primeira.

§ único - Apenas as chapas inscritas para a primeira eleição poderão concorrer a subsequente

**Art. 119 -** Em havendo uma única chapa inscrita ao pleito, a mesma será válida com qualquer número de votantes.

## "SEÇÃO XI"

### DA ANULAÇÃO E DA NULIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

**Art. 120** - Será anulada a eleição quando mediante recurso formalizado nos termos deste Estatuto, ficar comprovado

- Que foi realizado em dia, hora e local diverso do designado no edital de convocação ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada sem que tenham votado todos os eleitores constantes da lista de votação, salvo os casos expressamente previstos neste Estatuto
- Que não foi preterida qualquer das formalidades essenciais estabelecidas neste Estatuto
- Que não foi cumprido qualquer dos prazos essenciais estabelecidos neste Estatuto
- Ocorrência de vício grave ou fraude que comprometa sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente.

§ 1º - A anulação do voto não implicará na anulação da urna em que a ocorrência se verificar, de igual forma a anulação de uma não importará na anulação da eleição, salvo nos casos expressamente previstos neste Estatuto

§ 2º - Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa, e nem se aproveitará ao seu responsável

**Art. 121** - Anulada a eleição do Sindicato, novas serão convocadas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e contar da publicação da decisão anulatoria, permanecendo no exercício da administração a mesma Diretoria, a menos que reste, judicialmente comprovado, que esta deu causa a nulidade, caso em que será eleito em Assembleia Geral da categoria uma junta governativa a qual obrigatoriamente terá como integrantes sócios efetivos da entidade.

§ Único - Durante o mandato da junta governativa, fica vedado qualquer alteração no presente Estatuto, bem como a admissão ou demissão de qualquer funcionário.

## "SEÇÃO XII"

### DO MATERIAL ELEITORAL

**Art. 122** - Ao Presidente do Sindicato e a Secretária do pleito, incumbir zelar para que se mantenha o processo eleitoral, tornando-se autos em duas vias, consultando-se a primeira dos documentos originais e a segunda de cópias.

§ 1º - São peças essenciais ao processo eleitoral:

- Requerimento dos registros de chapas e as respectivas fichas de qualificação e documentos dos candidatos;
  - Folha do jornal que publicou a relação nominal dos candidatos;
  - Cópia dos expedientes relativos a composição das mesas coletoras;
  - Relação dos sócios em condições de votar;
  - Lista de votação;
  - Atas das mesas coletoras;
  - Atas das apurações e proclamação do resultado final;
  - Exemplar da cédula única;
  - Cópia das impugnações, recursos, contra-razões, bem como de seu julgamento;
- § 2º - Não interposto recurso, o processo eleitoral será arquivado na secretária do Sindicato, podendo ser fornecida cópia para qualquer interessado mediante requerimento

## "SEÇÃO XIII"

### DOS RECURSOS

**Art. 123** - O prazo para interposição de recursos será de 05 (cinco) dias contados da data final da realização do pleito.

§ 1º - Os recursos poderão ser interpostos por qualquer membro da chapa concorrente

§ 2º - O recurso e os documentos da prova que lhe forem anexos, serão apresentados em duas vias, com entrega de contra-recebo na secretária do pleito, sendo a primeira via juntada ao processo eleitoral.

§ 3º - Cópia do recurso e os documentos que o acompanham serão entregues também contra-recebo em 24 (vinte e quatro) horas ao recorrido que terá prazo de 05 (cinco) dias para oferecer contra-razões e serem protocoladas igualmente na secretária do pleito.

**Art. 124** - Findo o prazo estipulado recebidas ou não as contra-razões do recorrido, será o recurso encaminhado a comissão eleitoral, que decidirá e comunicará os interessados da decisão.

§ 1º - O recurso não impede a posse dos eleitos, salvo se provido o recurso e comunicado o Sindicato antes da posse.

§ 2º - O recurso somente poderá versar sobre nulidades ou anulação prevista no presente Estatuto

## "CAPÍTULO IX"

### DA GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

**Art. 125** - O plano orçamentário anual, elaborado pela Secretária de Finanças e aprovado pela Diretoria, definirá a aplicação dos recursos disponíveis da entidade visando a realização de lutas sindicais.

**Art. 126** - A previsão de receitas e despesas incluídas no plano orçamentário anual conterá obrigatoriamente as dotações específicas para o desenvolvimento das seguintes atividades pertinentes:

- Campanha salarial e negociação coletiva;
- Defesa da liberdade e autonomia sindical;
- Manutenção do jornal e boletim de divulgação;
- Manutenção da estrutura material do Sindicato;
- Manutenção e utilização racional de seus recursos humanos;
- Educação e formação sindical;
- Assessoria jurídica;

**Art. 127** - A dotação específica de viabilização da campanha salarial e das negociações coletivas abrangerá despesas pertinentes:

- Realização de congressos, encontros nacionais e internacionais;
- Realização dos processos de formação e informação da categoria e da opinião pública;
- Locomção, hospedagem, alimentação dos representantes da categoria, que venha participar dos eventos convocados pertinentes ao andamento ou preparação da campanha salarial;
- Formação de fundos para proporcionar a mobilização da categoria e a sustentação de suas lutas.

**Art. 128** - A dotação específica pertinente a liberdade e autonomia sindicais terão, como objetivo, possibilitar a implantação de uma estrutura sindical independente e autônoma em relação ao estado e demais instituições.

**Art. 129** - A dotação específica pertinente a manutenção dos jornais e boletins de divulgação do Sindicato assegurará:

- A manutenção de boletins específicos por empresa ou região;
- O desenvolvimento de propaganda audiovisual e demais recursos tecnológicos de comunicação, impresso e gráficos;

**Art. 130** - A dotação específica para manutenção estrutural e material do Sindicato abrange o conjunto de meios destinados a efetivar as realizações das deliberações e definições programáticas da categoria e da Diretoria do Sindicato.

**Art. 131** - A dotação orçamentária específica para a manutenção e utilização racional dos recursos humanos do sindicato compreendem as despesas necessárias a manutenção e melhorias dos recursos humanos necessários a viabilização dos fins do Sindicato dentro da política de pessoal definida pela Diretoria da entidade.

Art. 143 - A Diretoria poderá determinar pagamento de ajuda de custo aos diretores para cobertura de despesas apenas com transporte, alimentação e hospedagem

Art. 144 - Eventuais alterações no presente Estatuto, no todo ou em parte, poderão ser procedidas em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, com a presença em primeira convocação de 50% (cinquenta por cento) mais um, dos associados eleitos em dia com suas obrigações sindicais ou não, poder funcionar, em primeira convocação, funcionará automaticamente em segunda convocação uma hora depois, a qual poderá se realizar com qualquer número de presentes.

Art. 145 - O presente Estatuto entrará em vigor na data da realização da Assembleia Geral que o aprovou

Cascavel/PR, 22 de Outubro de 2017

Angela Maria de Oliveira Mereles  
Presidente

Paulo Sergio Maldonado Garcia  
GRB/PR Nº 16.780



1º TABELIONATO DE NOTAS - CASCAVEL - PARANÁ

Selo Nº 908-A-0VFC-NYXJ, Controle: ZENHANTIC Valide em: <http://funapam.com.br>, II Reconheça por SEMELHANÇA a assinatura de PAULO SERGIO MALDONADO GARCIA (08724) Cascavel-PR 27 de Novembro de 2017 F0103-09-38.19º

Em Teste da Verdade

Angela Maria de Oliveira Mereles - Presidente

2º TABELIONATO DE NOTAS

Selo nº 9VFC-A-035ZY-PHIOY-VUCCJ-CH2A Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de ANGELO MARIA DE OLIVEIRA MERELES (0119) 27 de Outubro de 2017 Em Teste da Verdade

CRISTIANO EMMANUEL DE OLIVEIRA MERELES - Presidente

SENAÇO

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA, AMBIENTAL, ÁREAS VERDES, VIAS RODOFERROVIÁRIAS E SIMILARES DE CASCAVEL E REGIÃO

CODIGO 056.336.060-72 - CNPJ 06.680.685/0001-42

Rua Paraná, 2709, Centro, Fone (41) 3325-2876, CEP 85.812-011, CASCAVEL-PR. e-mail: [mercedes.vr@diretoria.sena.br](mailto:mercedes.vr@diretoria.sena.br)

### ATA DE POSSE

Aos 20 dias do mês de setembro de 2016, às 10:30 horas, na Rua das Palmeiras, 449, Coqueiral, CEP: 85.807-020, Cascavel/PR, foi instalada a Solenidade de Posse da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes com seus respectivos suplentes eleitos no dia 03 de junho de 2016, na sede do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental, Áreas Verdes, vias rodoferroviárias e Similares de Cascavel e Região. Composta a mesa de trabalhos pelo Sr. Paulo Sergio Maldonado Garcia presidindo a solenidade dando abertura a sessão, saudando os presentes, agradecendo a presença de todos, prosseguindo chamou a Presidente eleita Sra. Angela Maria de Oliveira Mereles, que em nome dos demais empossados, fez a leitura do termo de compromisso assinando-o em seguida e recebendo a sua credencial. Dando sequência foram chamados os demais empossados que também assinaram o termo de compromisso e receberam suas respectivas credenciais. A seguir o presidente dos trabalhos nos termos da legislação vigente da entidade declarou empossada a nova diretoria do Sindicato que terá mandato de quatro (04) anos, iniciando no dia 20 de setembro de 2016 a 19 de setembro de 2020, nos seguintes cargos: **DIRETORIA EFETIVA- PRESIDENTE** - Angela Maria de Oliveira Mereles, brasileira, casada, residente e domiciliada na Avenida Brasil, 10251, Bairro: Aclimação, Cidade de Cascavel- Paraná, Cep: 85.806-000, portadora do CPF sob o Nº: 034.448.819-59 e RG: 8795185-5; **VICE PRESIDENTE**- Marlene Brasil Gomes, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na rua Luciano Correia de Siqueira, 251, Bairro: Aclimação, Cidade de Cascavel - Paraná, Cep: 85.807-620, portador do CPF sob o Nº: 513.523.979-00 e RG: 33151750-5; **SECRETARIA GERAL** - Maria Adelina da Silva Dornelles, brasileira, viúva, residente e domiciliada na rua Fortaleza, 3409, Coqueiral, Cascavel- Paraná, Cep: 85.807-090, portadora do CPF sob o Nº: 488.148.579-20 e RG: 3574195-0; **SECRETARIO DE FINANÇAS** - José de Araújo Candido, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Tixikaus, 298, bairro: Santa Cruz cidade de Cascavel - Paraná, Cep: 85.806-000, inscrito no CPF sob o Nº: 880.661.009-06 e RG: 416823-2; **SUPLENTE DA DIRETORIA** - Cláudio Bertelle de Souza, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Dos Narcisos, 1095, bairro: Guarujá, cidade de Cascavel- Paraná, CEP: 85.804-

Selo de autenticidade na última folha.

2º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua São Paulo, 117, 85.807-000, CASCAVEL-PR  
07 DEZ 2017  
Mário Antônio Leite de Almeida  
2º Tabelião

Selo de autenticidade  
na última folha.

ABELICINATO DE NOTAS  
Paula: 617-453223-6935  
07 DEZ 2017  
TARAF DO ASSINANTE DOB RE  
MAGGIORIO LINDA MARIA DE ALMEIDA  
TARAF DA

[illegible]

**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO LIMPEZA URBANA AMBIENTAL, ÁREAS VERDES VIAS RODOFERROVIÁRIAS E SIMILARES DE CASCAVEL E REGIÃO**

**2ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL**

**"CAPÍTULO I"**

**DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE**

**Art. 1º - O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA, AMBIENTAL, ÁREAS VERDES, VIAS RODOFERROVIÁRIAS E SIMILARES DE CASCAVEL E REGIÃO** tem sede e foro à Rua Paraná, 2.709 - sala 303 na cidade de Cascavel-Pr.

**§ 1º - FINALIDADE.** É constituído para fins de estudo, condenação, defesa e representação legal da categoria profissional dos trabalhadores em empresas prestadoras de serviços no ramo de asseio e conservação, e visa lutar pela melhoria das condições de vida e trabalho dos seus representantes, colaborar com os poderes públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais e democráticos, e terá duração indeterminada.

**§ 2º - CATEGORIAS REPRESENTADAS.** todos os empregados em empresas, as quais na qualidade de prestadores, prestam serviços aos tomadores de: serviços de limpeza e conservação em geral; serviços de limpeza e conservação em área urbana (limpeza e conservação de áreas públicas, coleta de lixo domiciliar, comercial e industrial, reciclagem de lixo, roupas, capina, poda de árvores, desobstrução de canalizações e bueiros); serviços de limpeza e conservação em áreas ambientais e áreas verdes, serviços de limpeza e conservação das faixas de domínio de rodovias e ferrovias (roçadas, capina, poda de árvores, desobstrução de canalizações e bueiros, limpeza de pistas de rolamento e acostamento de rodovias e ferrovias, varredura, lavagem de placas e faixas), e todos os demais empregados, excetuados os diferenciados, que prestam seus serviços em empresas com atividades econômicas conexas e similares na base territorial do Sindicato.

**§ 3º - BASE TERRITORIAL.** Municípios de Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Esperança, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Brasilândia do Sul, Catelândia do Oeste, Campina da Lagoa, Campo Bonito, Cantagalo, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Candeias, Cerro Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Goioerê, Goioxim, Guairá, Guaraniáçu, Ibema, Igatu, Itacuna do Oeste, Jandópolis, Jesuítas, Juranda, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Marquinho, Mato Rico, Mercedes, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Nova Santa Rita, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Branco, Porto Mendes, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Ramilândia, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Santa Maria do Oeste, Santa Tereza do Oeste, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupassí, Ubrairã, Vera Cruz do Oeste e Virmond.

**Art. 2º - São finalidades principais do Sindicato:**  
a) Visar melhoria nas condições de vida e de trabalho dos seus representantes;  
b) A formação profissional e política dos representantes;  
c) Estimular e fortalecer as organizações de base dos trabalhadores;

b) A formação profissional e política dos representantes;  
c) Estimular e fortalecer as organizações de base dos trabalhadores;  
d) Atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras;  
e) Congregar a categoria profissional.

**Art. 3º - São prerrogativas do Sindicato:**  
a) Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da categoria e os interesses individuais e coletivos dos trabalhadores e associados, inclusive como substituto processual;  
b) Celebrar acordo, convenções e contratos coletivos de trabalho;  
c) Instaurar Discurso Coletivo de qualquer natureza e promover ações judiciais em defesa do interesse coletivo da categoria e do Sindicato;  
d) Eleger ou designar representantes da categoria;  
e) Colaborar como órgão técnico e consultivo no estudo e na solução dos problemas que se relacionam com a categoria representada;  
f) Firmar contratos para prestação de serviços jurídicos e outros que se possa dispor, mediante retribuição em valores;

g) Propor medidas e ações que visem garantir e proteger o meio ambiente;  
h) Impetrar mandado de injunção e mandado de segurança coletivo;  
i) Filial-se a Federação do Grupo e a outras organizações sindicais de âmbito nacional e internacional, de interesse dos trabalhadores, mediante aprovação da assembleia dos associados;  
j) Colaborar e defender a solidariedade entre os povos, buscando a paz social e o desenvolvimento em todo o mundo;  
k) Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas e pelos direitos fundamentais do homem;

l) Colaborar com o Estado visando a consecução dos interesses nacionais, sendo que a colaboração se dará quando os interesses dos trabalhadores estiverem presentes;  
m) Estabelecer contribuições a todos aqueles que participam da categoria dos trabalhadores nas empresas de asseio e conservação e empresas ligadas e correlatas, de acordo com as decisões tomadas em Assembleias Gerais, especificadamente convocadas para esse fim;  
n) Promover e incentivar com recursos próprios, subvenções, ou através de entidades especializadas, a realização de congressos, conferências, palestras, seminários, treinamentos e cursos relacionados a categoria;  
o) Criar uma comissão de ética profissional, designada pelo Presidente.

**Art. 4º - São deveres do Sindicato:**  
a) Colaborar com os Poderes Públicos no desenvolvimento da solidariedade e da paz social;  
b) Manter serviço de assistência jurídica para os associados, na Justiça do Trabalho e em todas as instâncias judiciais;  
c) Promover a conciliação nos dissídios coletivos e individuais de trabalho;  
d) Fundar e manter agência de colocação;  
e) Fundar e manter escolas, especialmente de ensino técnico-profissionalizante;  
f) Manter em sua sede social, um livro de registro de associados, de educação sindical.

**Art. 5º - São condições para funcionamento do Sindicato:**  
a) A observância das leis e dos princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos;  
b) Abstenção de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas neste Estatuto, inclusive de doutrinas incompatíveis com as instituições democráticas e os interesses nacionais;  
c) Gratuidade do exercício do cargo eletivo, salvo a hipótese de afastamento do trabalho para exercício do mandato.

**"CAPÍTULO II"**

**DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS**



sentido de fortalecerem o Sindicato como órgão legítimo, autêntico e intimamente ligado ao conjunto dos representados na busca de soluções para seus problemas e interesses.

**Art. 15 -** Para o cumprimento do disposto no art. 14, deverá o Sindicato se esforçar no sentido de favorecer a criação e ou manutenção de Comissões Sindicais de Base.

### "CAPÍTULO III"

## DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E DE BASE DO SINDICATO

**Art. 16 -** O Sindicato, a critério da Diretoria poderá criar sub-sedes, desde que juridicamente possíveis, nas várias regiões abrangidas pela base territorial, dotando-se de infra-estrutura e pessoal necessário e de seus objetivos.

**Art. 17 -** As Sub-Sedes ou Delegacias Sindicais, estarão sob responsabilidade da Diretoria Administrativa com a colaboração dos delegados sindicais e terão por finalidade a descentralização e aproximação do sindicato aos locais de trabalho.

### "CAPÍTULO IV"

## DA ADMINISTRAÇÃO E DO MANDATO

**Art. 18 -** O Sindicato será administrado por uma Diretoria composta no máximo de 07 (sete) membros eleitos, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandatos de 04 (quatro) anos.

§ 1º - A Diretoria elegerá dentre seus membros, o Presidente do Sindicato, desde que na chapa não conste a distribuição de cargos da diretoria eletiva.

§ 2º - Os membros da Diretoria eletiva, deverão residir em domicílio sindical.

**Art. 19 -** A Diretoria compete:

- a) Dirigir o Sindicato de acordo como seus Estatutos, administrar o patrimônio social e promover o bem geral dos associados e da categoria representada;
- b) O plano de trabalho, distribuição e atividades afins aos cargos da Diretoria eleita;
- c) Elaborar os regimentos internos necessários, subordinados ao Estatuto, bem como a política sindical a ser seguida pelo Sindicato;
- d) Cumprir e fazer cumprir as leis em vigor, bem como o Estatuto, regimento e resoluções emanadas da Assembleia Geral;
- e) Impor e aplicar as penalidades previstas no Estatuto;
- f) Reunir-se em sessão, ordinariamente uma vez por mês, extraordinariamente, sempre que o Presidente ou a maioria convocar;
- g) Propor a Assembleia Geral a remuneração dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e outros;

**Art. 20 -** São cargos da Diretoria:

- a) Presidente (eletivo);
- b) Vice Presidente (suplente);
- c) Secretário Geral (eletivo);
- d) Secretário Geral Adjunto (suplente);
- e) Secretário de Finanças (eletivo);
- f) Secretário de Finanças Adjunto (suplente);
- g) Secretário de Assuntos Sindicais;
- h) Secretário de Educação e Formação Sindical;
- i) Secretário de Saúde e Segurança do trabalho;
- j) Secretária para Assuntos da Mulher;

sentido de fortalecerem o Sindicato como órgão legítimo, autêntico e intimamente ligado ao conjunto dos representados na busca de soluções para seus problemas e interesses.

**Art. 15 -** Para o cumprimento do disposto no art. 14, deverá o Sindicato se esforçar no sentido de favorecer a criação e ou manutenção de Comissões Sindicais de Base.

### "CAPÍTULO III"

## DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E DE BASE DO SINDICATO

**Art. 16 -** O Sindicato, a critério da Diretoria poderá criar sub-sedes, desde que juridicamente possíveis, nas várias regiões abrangidas pela base territorial, dotando-se de infra-estrutura e pessoal necessário e de seus objetivos.

**Art. 17 -** As Sub-Sedes ou Delegacias Sindicais, estarão sob responsabilidade da Diretoria Administrativa com a colaboração dos delegados sindicais e terão por finalidade a descentralização e aproximação do sindicato aos locais de trabalho.

### "CAPÍTULO IV"

## DA ADMINISTRAÇÃO E DO MANDATO

**Art. 18 -** O Sindicato será administrado por uma Diretoria composta no máximo de 07 (sete) membros eleitos, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandatos de 04 (quatro) anos.

§ 1º - A Diretoria elegerá dentre seus membros, o Presidente do Sindicato, desde que na chapa não conste a distribuição de cargos da diretoria eletiva.

§ 2º - Os membros da Diretoria eletiva, deverão residir em domicílio sindical.

**Art. 19 -** A Diretoria compete:

- a) Dirigir o Sindicato de acordo como seus Estatutos, administrar o patrimônio social e promover o bem geral dos associados e da categoria representada;
- b) O plano de trabalho, distribuição e atividades afins aos cargos da Diretoria eleita;
- c) Elaborar os regimentos internos necessários, subordinados ao Estatuto, bem como a política sindical a ser seguida pelo Sindicato;
- d) Cumprir e fazer cumprir as leis em vigor, bem como o Estatuto, regimento e resoluções emanadas da Assembleia Geral;
- e) Impor e aplicar as penalidades previstas no Estatuto;
- f) Reunir-se em sessão, ordinariamente uma vez por mês, extraordinariamente, sempre que o Presidente ou a maioria convocar;
- g) Propor a Assembleia Geral a remuneração dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e outros;

**Art. 20 -** São cargos da Diretoria:

- a) Presidente (eletivo);
- b) Vice Presidente (suplente);
- c) Secretário Geral (eletivo);
- d) Secretário Geral Adjunto (suplente);
- e) Secretário de Finanças (eletivo);
- f) Secretário de Finanças Adjunto (suplente);
- g) Secretário de Assuntos Sindicais;
- h) Secretário de Educação e Formação Sindical;
- i) Secretário de Saúde e Segurança do trabalho;
- j) Secretária para Assuntos da Mulher;

**Art. 21 - Ao Presidente compete:**

- a) Representar o sindicato perante a administração pública e judiciária, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo neste último caso, delegar poderes;
- b) Superintender todos os negócios do Sindicato, e bem como coordenar toda a administração do Sindicato;
- c) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, e convocar e presidir as Assembleias Gerais;
- d) Assinar as atas das sessões, o orçamento anual e todos os papéis que dependam de sua assinatura, bem como rubricar os livros da secretaria;
- e) Ordenar as despesas e por visto nos cheques e contas a pagar com o tesoureiro e ler sob seu comando e responsabilidade a contabilidade do Sindicato;
- f) Nomear e demitir representantes regionais bem como nomear funcionários do Sindicato e fixar-lhes os vencimentos conforme as necessidades do Sindicato;
- g) Assinar a correspondência privativa do seu cargo;
- h) Respeitar em tudo a lei e as autoridades constituídas;
- i) Cumprir o presente Estatuto;
- j) Convocar e coordenar eleições sindicais e determinar as providências que se tornarem necessárias ao procedimento legal do pleito, bem como dos representantes regionais, Delegados e Diretores das Sub-Sedes e dar-lhes posse, respeitando em tudo este Estatuto;
- k) Ter sob sua orientação o banco de dados e estudos sócio-econômicos do Sindicato.

**Art. 22 - Ao Vice-Presidente compete:**

- a) Substituir o Presidente nos seus impedimentos, ato voluntário ou em caráter definitivo;
- b) Colaborar em harmonia com o Presidente e demais membros da Diretoria, em todos os assuntos administrativos do Sindicato, agindo em consonância com o Presidente;
- c) Auxiliar o Presidente na execução de suas tarefas, interando-se de todos os acontecimentos do Sindicato;
- d) Executar as funções e atividades que lhe forem atribuídas.

**Art. 23 - Ao Secretário Geral compete:**

- a) Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos;
- b) Preparar a correspondência de expediente do Sindicato;
- c) Ter sob sua guarda o arquivo do Sindicato;
- d) Redigir e ler as atas das sessões da Diretoria e das Assembleias Gerais, secretariando as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- e) Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Secretaria;
- f) Executar outras funções e atividades que lhe forem atribuídas;
- g) Manter arquivos atais numéricos de quadro associativo da entidade.

**Art. 24 - Compete ao Secretário Adjunto, substituir o Secretário Geral nos seus impedimentos e auxiliá-lo em suas funções nos termos deste Estatuto.**

**Art. 25 - Ao Secretário de Finanças compete:**

- a) Substituir o Secretário Adjunto em seus impedimentos;
- b) Colaborar com o Secretário Geral para o desenvolvimento de suas atividades;
- c) Ter sob sua guarda os valores do Sindicato, responsabilizando-se pela elaboração da contabilidade do Sindicato;
- d) Adotar meios e providências necessárias para impedir a corrosão e deterioração financeira do Sindicato, da arrecadação e recebimento numérico e de contribuições de qualquer natureza, inclusive doações e legados;
- e) Realizar os pagamentos autorizados;
- f) Apresentar ao Conselho Fiscal, os balanços bimestrais, e um balanço anual;
- g) Recolher o dinheiro do Sindicato em bancos nacionais;
- h) Assinar com o Presidente os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- i) Dirigir a escrituração contábil e financeira;
- j) Zelar pelas finanças do Sindicato;
- k) Elaborar relatório e análise sobre a situação financeira do Sindicato;
- l) Providenciar o balanço anual de prestação de contas a Assembleia Geral.

**Art. 26 - Compete ao Secretário de Finanças Adjunto, substituir o Secretário de finanças em seus impedimentos e auxiliá-lo em suas funções nos termos deste Estatuto.**

**Art. 27 - Ao Secretário de Assuntos Sindicais compete:**

- a) Substituir o Secretário de Finanças Adjunto em seus impedimentos;
- b) Encarregar-se das relações do Sindicato a nível nacional, estadual e regional;
- c) Interferir-se de todos os acontecimentos do Sindicato;
- d) Manter relacionamentos com outras entidades sindicais, para o aprimoramento das relações profissionais da categoria;
- e) Manter intercâmbios com órgãos e entidades especializadas de interesse da categoria.

**Art. 28 - Ao Secretário de Educação e Formação Sindical compete:**

- a) Substituir o Secretário de Assuntos Sindicais em seus impedimentos;
- b) Criar e ou promover o funcionamento de agências de colocação de mão-de-obra;
- c) Promover em convênios ou não, congressos, simpósios, palestras, conferências e encontros técnicos profissionais para os associados;
- d) Promover campanhas que visem a conscientização política dos trabalhadores;
- e) Promover e realizar cursos, congressos, seminários, encontros e plenárias;
- f) Participar de eventos de interesse da categoria representada;
- g) Elaborar cartilhas e planos de educação e de formação sindical;
- h) Desenvolver estudos e pesquisas que possam subsidiar a ação do Sindicato;
- i) Coordenar a elaboração de cartilhas, documentos e outras publicações relacionadas à área de atuação.

**Art. 29 - Ao Secretário de Segurança e Saúde do Trabalhador compete:**

- a) Substituir o Secretário de Educação e Formação Sindical em seus eventuais impedimentos;
- b) Realizar campanhas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho;
- c) Realizar cursos de segurança e saúde do Trabalhador;
- d) Promover a consciência preventivista entre os trabalhadores;
- e) Assessorar e coordenar as ações da comissão de amparo, acompanhar a legislação de segurança e medicina do trabalho e outras que dizem respeito a segurança e saúde do Trabalhador;
- f) Participar de atividades relativas à segurança e saúde do Trabalhador;
- g) Manter o cadastro de acidentes e doença do trabalho e providenciar estudos de estatística sobre o assunto;
- h) Organizar comissões de saúde e segurança do Trabalhador;
- i) Participar de reuniões da CIPA;
- j) Coordenar os trabalhos de formação e estabelecimentos das comissões internas de prevenção de acidente - CIPA e dos membros da categoria em geral, sobre saúde, higiene e medicina do trabalho;
- k) Cuidar da elaboração de material de divulgação relativo a matéria de sua pasta;
- l) Supervisionar os trabalhos de vistoria, levantamento e perícias técnicas junto as empresas da categoria.

**Art. 30 - A Secretária para Assuntos da Mulher compete:**

- a) Substituir o Secretário de Cultura e Esporte em seus impedimentos;
- b) Implantar o departamento da mulher na entidade;
- c) Promover seminários, estudos e eventos sobre a mulher;
- d) Lutar contra qualquer tipo de discriminação de mulher com relação ao trabalho e ao salário, informando ao Diretor de imprensa, as matérias de interesse para serem divulgadas;
- e) Discutir o papel da mulher no contexto geral da sociedade;
- f) Contatar com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Conselho Permanente da Condição Feminina e demais entidades ligadas ao tema;
- g) Organizar e divulgar amplamente as atividades comemorativas do Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

**DO CONSELHO FISCAL**

**"CAPÍTULO V"**

**"SEÇÃO I"**

**Art. 31** - O Conselho Fiscal será composto no máximo de três (03) membros efetivos, podendo haver até três (03) suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria, na forma deste Estatuto, limitando-se sua competência à fiscalização da questão financeira.

**Art. 32** - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Dar parecer sobre o orçamento do Sindicato para o exercício financeiro seguinte;
- b) Opinar sobre as despesas extraordinárias, sobre balancetes mensais e sobre o balanço anual relativo ao exercício e lançar visto.

## "SEÇÃO II"

### CONSELHO DE REPRESENTANTES E ENTIDADES DE GRAU SUPERIOR

**Art. 33** - O Conselho de Representantes será constituído de dois membros efetivos e dois membros suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria, podendo inclusive, tais cargos, serem cumulados por membros da própria Diretoria, na forma deste Estatuto.

**Art. 34** - Compete ao Conselho de Representantes representar o Sindicato, mantendo estrito e permanente contato com entidades sindicais de grau superior, pertencentes à atual estrutura sindical de âmbito estadual, nacional ou internacional, sempre no interesse da categoria profissional, representada, conforme a política sindical definida pela Diretoria.

**Art. 35** - Tendo em vista a comunhão do interesse de classe e o fortalecimento da organização da classe trabalhadora o Sindicato buscará necessariamente, vinculação política e orgânica junto a entidades de graus superiores.

**Art. 36** - Compete a categoria profissional representada, decidir sobre a filiação do Sindicato a entidade de grau superior, bem como, sobre a respectiva forma de contribuição financeira, através da Assembleia Geral.

**Art. 37** - Uma vez decidida a filiação, competirá a Diretoria do Sindicato encaminhar a política geral estabelecida pela entidade a qual o Sindicato se filiou.

**Art. 38** - O Sindicato promoverá todo apoio possível no sentido de implementar a política e desenvolver campanhas estabelecidas pela entidade superior.

**Art. 39** - O Sindicato buscará a participação das entidades de graus superiores nas campanhas e lutas da categoria.

**Art. 40** - O Sindicato promoverá conferências, convenções, congressos e assembleias para elaboração e discussão de teses, eleições de delegados e representantes, no sentido de fortalecer a entidade superior da classe trabalhadora e de ser fortalecida por esta.

## "SEÇÃO III"

### DO CORPO DE SUPLENTE

**Art. 41** - Conforme o previsto neste Estatuto, para cada órgão diretivo do Sindicato, serão eleitos em igual número, membros efetivos e suplentes.

**Art. 42** - Os suplentes poderão ser nomeados para apresentação e defesa dos interesses da entidade e da categoria, pela Diretoria efetiva, para exercício de mandato quando houver vacância de cargo, independentemente da ordem de menção da chapa, ou outros fins específicos, para executar funções e atividades que lhes forem atribuídas.